

REQUERIMENTO
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

DADOS DO REQUERENTE

Nome/ Razão Social do Requerente:		
Cadastro De IPTU:	Inscrição Mobiliária:	
Endereço:		
Número:	Complemento (conj. Cond.)	Bloco/Quadra/ Lote/ Apto :
Bairro:	CEP:	
E-mail:	Telefone (s) Contato (s):	

TRIBUTO DA SOLICITAÇÃO

IPTU ITBI ISS ISS Outros: _____

MOTIVO

- TEMPLOS RELIGIOSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS/ ESTADUAIS/ MUNICIPAIS
- INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
- Outros: _____

DESCRIÇÃO DO MOTIVO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (do contribuinte ou do procurador legal)

Endereço de correspondência:	
Ponto de referência:	
E-mail:	Telefone(s):

Manaus, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente (Proprietário ou Representante)



DOCUMENTOS ORIGINAIS NECESSÁRIOS NÃO ENTREGUES
***SERVIDOR ASSINALAR OS DOCUMENTOS PENDENTES DE ENTREGA**

	1 - Requerimento do serviço;
	2 - Carteira de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
	3 – Certidão Narrativa do Registro de Imóveis atualizadas;
	4 – Declaração de dados do Cartório de Notas ou da Financeira, contendo os dados relativos a transação imobiliária do bem imóvel ou as três guias que já tiveram sido emitidas quando da solicitação de avaliação;
	5 – Estatuto social com data do respectivo registro ou Regimento Interno, quando for o caso;
	6 – Se procuração: Procuração reconhecida em cartório, RG e CPF do Procurador;
	7 – Taxa de expediente 10% da UFM - Obrigatório

Obs.: Documentos necessários - **SOMENTE ORIGINAL**. Caso necessário poderá ser solicitado outros documentos para análise de processo.

NOTIFICAÇÃO

Fica notificado o requerente ou representante legal a apresentar, no prazo de **10 (DEZ) dias**, contados a partir da formalização do processo, **os documentos pendentes acima especificados**, necessários ao exame do pedido, conforme art. 22 do Decreto nº 3.224/2015, transcorrido esse prazo, sem que seja sanada a pendência documental, o processo será encaminhado ao órgão competente da matéria para indeferimento e arquivamento.

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, especialmente as previstas nos artigos 298 e 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações prestadas, neste requerimento, são verdadeiras, bem como os documentos apresentados são autênticos.

Assinatura do Requerente